FGTS PROGRESSIVIDADE

Objetivo:

Trata-se de progressão de juros para atualização da conta do FGTS (de 3% a 6%), concedida pela Lei 5.107/66 aos optantes do mesmo e, posteriormente, reiterada pela Lei 5958/73 para os trabalhadores contratados pelo regime celetista. **Essa progressão não foi paga a muitos trabalhadores.**

Esta ação tramitará perante o Juizado Especial Federal em face da CEF.

Têm direito:

 Trabalhadores admitidos até 21.09.1971, que optaram pelo FGTS no período de 13.09.1966 a 21.09.1971, bem como aqueles que optaram após 10.12.1973, que possuíam carteira de trabalho assinada, sendo independente a data em que entraram ou saíram da empresa desde que tenham ficado no mínimo três anos;

2. Trabalhadores admitidos até 21.09.1971, que optaram pelo FGTS após 10.12.1973, que possuíam carteira de trabalho assinada, sendo independente a data em que entraram ou saíram da empresa desde que tenham ficado no mínimo três anos, mediante opção retroativa (à data de 01/01/1967, ou à data de admissão se posterior com a anuência do empregador (pois esse precisava fazer também depósitos retroativos).

Não tem direito:

- 1. Trabalhador que optou pelo FGTS no período entre 22.09.1971 a 09.12.1973;
- 2. Trabalhador que não optou pelo FGTS no período da contrato de trabalho até 21.09.1971, tendo se desligado da empresa ou rescindido o contrato;
- 3. Trabalhador que foi admitido após 22.09.1971;
- 4. Trabalhador que ficou mais de três anos na mesma empresa;
- 5. Trabalhador que mudou de empresa ou rescindiu o contrato de trabalho a partir de 21.09.1971.

Documentos necessários:

- Procuração;
- 2. Contrato de prestação de serviços advocatícios;
- 3. Declaração de hipossuficiência (para concessão de justiça gratuita)
- 4. Cópia do RG e CPF;
- 5. Cópia de comprovante de residência;
- Cópia de todos os extratos da conta do FGTS que deverão ser obtidos através da CEF (período: desde a data da admissão até o momento do saque);
- 7. Cópias das folhas da Carteira de Trabalho onde constem a fotografia, a qualificação civil, os contratos de trabalho, a opção pelo FGTS e com carimbo da retroatividade se houver, e da homologação pela DRT.

OBS.: Os extratos não são essenciais para o momento da propositura da ação, mas deverão ser solicitados desde logo e juntados ao processo o quanto antes.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Seção st, SIs os, os Silva
os ac JRGOS
com
nte po sobre
o para nentos
suais (
lúvida

PROCURAÇÃO

NOME:							
RG:							
CPF:							
NACIONALIDADE:							
ESTADO CIVIL:							
PROFISSÃO:							
ENDEREÇO:							
BAIRRO:							
CEP:	,						
CEI .							
OUTORGADOS:							
	VA E ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade de advogados inscrita na OAB,						
	o nº 1718, com sede à Av. Luís Viana nº 6.462, Empresarial Wall Street, Torre						
ROBERT MANAGEMENT CO. L. C.	alela, Salvador, Bahia, CEP 41.680-400, neste ato representada por um de seus						
12	dos Cláudio André Alves da Silva, OAB/BA nº 22860 ou Ana Karina Pinto de						
Carvalho Silva, OA							
PODERES:							
	trumento particular de mandato, o OUTORGANTE confere						
in the contraction of the contra	plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad judicia et						
extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, para a propositura de ação judicial							
visando a COBRANÇA DOS JUROS E DOS EXPURGOS NÃO PAGOS SOBRE AS CONTAS							
	FGTS, demandando as devidas as ações e defesas, até final decisão,						
	ainda, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer						
	pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a						
	ar em audiências, receber, dar quitação parcial ou plena, receber						
quantias em	dinheiro, cheque, Alvará, RPV e/ou Precatório, acordar, firmar						
compromisso, as	ssinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme estabelecido						
no Art. 105, do	CPC/2015, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda						
	sta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, no todo ou em						
	aticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para						
o fiel cumprimento deste mandato, ficam de logo ratificados, dando tudo por bom,							
verdadeiro, firm	e e vanoso.						
-	,ue uc						

OUTORGANTE

DECLARAÇÃO

processua	sob as penas da le is e honorários a rio sustento e de m	dvocatícios d	le sucumbência		
		_de		de	
e	NOME: CPF/MF:				